



ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS OSTRAS

Data: 14 de julho de 2026

Horário de início: 18h30

Local: Sala do Conselho Municipal de Saúde de Rio das Ostras

Assunto: Reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde.

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 18h30min, na Sala do Conselho Municipal de Saúde de Rio das Ostras, realizou-se reunião do Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos Conselheiros Municipais de Saúde e demais participantes, conforme lista de presença que integra a presente ata para todos os fins de direito.

Aberta a reunião, a Presidência, exercida pelo Sr. Carlos Eduardo, solicitou que todos os participantes, sempre que fizessem uso da palavra, se identificassem previamente, informando nome e, quando aplicável, representação institucional, a fim de assegurar a correta identificação das manifestações, questionamentos, esclarecimentos e contribuições, possibilitando seu adequado registro documental.

1. APRESENTAÇÃO E APRECIAÇÃO DAS ATAS

A Presidência apresentou as atas anteriormente elaboradas, colocando-as para conhecimento dos Conselheiros, para posterior apreciação e aprovação, conforme os procedimentos regimentais aplicáveis.

2. APRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ECOLOGIKAMENTE - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na sequência, foi realizada apresentação da Associação Ecologikamente, organização da sociedade civil sem fins lucrativos com atuação no Município de Rio das Ostras, representada, entre outros participantes, pelo Dr. Henrique Panzini e pela Dra. Débora.

Foi apresentado modelo de atenção integrativa envolvendo cannabis medicinal e fitoterapia, estruturado em abordagem multidimensional e atendimento interdisciplinar.

Foram apresentados dados referentes ao período de 2024 a 2026, indicando aproximadamente 450 atendimentos projetados, 127 famílias vinculadas e 37 pacientes em acompanhamento, segundo informações apresentadas pelos representantes da instituição.

Informou-se que o público atendido é predominantemente adulto e feminino, abrangendo situações relacionadas a transtornos psiquiátricos, dor crônica, doenças autoimunes, epilepsia e outras condições de maior complexidade, inclusive casos envolvendo polifarmácia.

Foram apresentadas como propostas institucionais:

- a) criação de Núcleo Regional de Pesquisa e Inovação;
- b) implantação de Núcleo de Educação Permanente;
- c) implantação de Farmácia Viva, condicionada à obtenção de financiamento e ao atendimento das exigências legais, sanitárias, técnicas e administrativas pertinentes.

Também foram relatadas dificuldades relacionadas ao acesso aos tratamentos e aos respectivos custos, bem como a utilização provisória de farmácias de manipulação regularmente constituídas e devidamente documentadas, enquanto se busca estrutura própria para eventual produção, condicionada à obtenção dos recursos necessários e ao cumprimento da legislação aplicável.

Ao final da apresentação, foi solicitado apoio técnico e institucional do Conselho Municipal de Saúde e do Poder Executivo Municipal para eventual formalização de parcerias.

Encaminhamento: ficou definida a articulação de reuniões com as Secretarias Municipais competentes e com as Comissões pertinentes do Conselho, visando ao detalhamento das propostas, análise de sua viabilidade técnica e jurídica e eventual formalização de instrumentos de parceria, observadas as competências de cada órgão e a legislação vigente.

3. CAPACITAÇÃO SOBRE CANNABIS MEDICINAL

Foi apresentada proposta de divulgação do XIV Curso "Uso Terapêutico da Cannabis sativa L.", com participação de Jasper Sanderson, conforme exposição realizada durante a reunião.

A apresentação mencionou a participação da SBEC/Abitema, bem como de instituições acadêmicas e laboratoriais parceiras, incluindo universidades e centros de pesquisa.

Foram abordados aspectos técnicos relacionados à genética de sementes, cultivo orgânico, métodos de extração, formas e veículos de administração, indicações clínicas por patologias e limitações legais relacionadas à comercialização, produção, prescrição, utilização e dispensação de produtos derivados de cannabis.

Também foram apresentadas propostas relacionadas à criação de banco de sementes, estruturação de rede de dispensários entre associações, desenvolvimento de plataforma digital para cadastro e rastreabilidade, denominada Canaíndi, e elaboração de protocolos clínicos destinados a diferentes condições de saúde.

Durante os debates, foi ressaltada a necessidade de que quaisquer iniciativas dessa natureza sejam submetidas à avaliação técnico-científica e jurídica competente, observando-se integralmente a legislação sanitária, regulatória e administrativa vigente, bem como as normas dos órgãos de fiscalização e controle aplicáveis.

Foi igualmente ressaltada a necessidade de disponibilidade de recursos, definição das responsabilidades institucionais e validação técnica dos protocolos antes de eventual implantação ou ampliação das propostas.

Encaminhamento: ficou prevista a articulação com a Secretaria Municipal de Saúde para avaliação da possibilidade de realização de testes, estudos ou projetos-piloto, mediante apresentação prévia das respectivas informações técnicas, científicas, jurídicas, financeiras e operacionais.

4. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL COM O PODER EXECUTIVO E MUNICÍPIOS

Em seguida, foram formulados questionamentos acerca de articulações anteriormente realizadas com Prefeituras, Municípios, Gabinete do Prefeito e demais órgãos públicos.

Foram relatados contatos anteriormente realizados com o Gabinete do Prefeito e comissões municipais, tendo sido discutidas possibilidades de formalização das propostas por meio da criação de núcleo de pesquisa, apoio acadêmico e articulação institucional.

Ficou acordada a troca de contatos entre os participantes interessados e o agendamento de reunião entre representantes da Divisão de Práticas Integrativas, associações interessadas e a Comissão de Saúde, para aprofundamento das propostas.

Encaminhamentos:

- a) elaboração e envio de ofícios para formalização das pautas;
- b) definição das responsabilidades de cada instituição envolvida;
- c) esclarecimento quanto aos possíveis fluxos de apoio financeiro;
- d) levantamento das exigências administrativas, jurídicas, sanitárias e técnicas pertinentes;
- e) estabelecimento de cronograma para eventual realização de testes, projetos-piloto e parcerias.

5. CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO Dr André

Foi discutida a situação do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, referido durante a reunião como unidade atualmente classificada como Tipo I, contando com três consultórios.

Foi relatada insuficiência da estrutura física atualmente existente diante da demanda municipal.

Foi apresentada a possibilidade de ampliação da unidade para Tipo III, com estrutura compatível com, no mínimo, sete consultórios, ou, alternativamente, a realocação do serviço para espaço físico maior e mais adequado.

Foi ressaltado que eventual ampliação ou mudança de localização poderá possibilitar maior concentração dos profissionais especialistas, melhor organização dos serviços e ampliação da capacidade de realização de

procedimentos especializados, inclusive de média e alta complexidade, conforme os parâmetros técnicos e normativos aplicáveis.

Encaminhamento: ficou registrada a necessidade de elaboração de estudo técnico e planejamento administrativo para avaliação da possibilidade de ampliação ou mudança da unidade, contemplando estrutura física, acessibilidade, equipamentos, recursos humanos, requisitos sanitários e demais exigências legais e administrativas pertinentes.

Também foi registrada a necessidade de acompanhamento quanto à chegada e implantação da unidade odontológica móvel, conforme informações apresentadas na reunião.

6. RELATÓRIOS DE VISTORIA DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE

Na sequência, foram apresentados e discutidos relatórios de vistoria realizados em unidades da rede municipal de saúde, com participação de Luciene, representante do SAE, e Bianca, representante do Instituto ADOTE, conforme registros e documentos apresentados.

6.1. UNIDADE PS

Foram relatados problemas relacionados à ausência de isolamento adequado, infiltrações, déficit de equipamentos, ausência ou insuficiência de peças destinadas a bombas de infusão e redução da escala de pessoal.

As situações apresentadas foram registradas para fins de encaminhamento aos setores administrativos e técnicos competentes, especialmente quanto às necessidades de manutenção predial, equipamentos e recursos humanos.

6.2. UNIDADE NILSON MARINS

Foi relatada ausência de profissional dentista, inadequação da sala destinada à vacinação, ocorrência de infiltrações e limitações de espaço físico decorrentes da sobreposição de programas e serviços.

Foi informado que alguns equipamentos já haviam sido entregues, permanecendo, contudo, pendências relacionadas a itens de apoio considerados necessários ao funcionamento adequado da unidade.

6.3. UNIDADE RECANTO



Foi informado que a unidade dispõe de equipe completa e que se encontram em andamento obras de readequação.

Foram registradas necessidades específicas relacionadas à estrutura destinada ao descarte de materiais perfurocortantes e à manutenção de aparelho de ar-condicionado.

Diante das situações apresentadas nos relatórios, foi ressaltada a necessidade de priorização das manutenções prediais, reposição de insumos, aquisição e/ou reparo de equipamentos e adequação dos espaços físicos, devendo as respectivas demandas ser formalizadas pelos meios administrativos competentes e acompanhadas pelo Conselho Municipal de Saúde dentro de suas atribuições legais.

7. CONTROLE EXTERNO, TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Foram discutidas solicitações relacionadas ao fornecimento de documentos e informações referentes a obras públicas, origem e aplicação de recursos, contratos administrativos, compras, licitações, dispensas, inexigibilidades e demais contratações públicas relacionadas à área da saúde.

Também foram registradas manifestações dos Conselheiros quanto à necessidade de convocação formal, disponibilização tempestiva e acesso adequado às informações e documentos necessários ao exercício das atribuições de fiscalização e controle social do Conselho Municipal de Saúde.

Encaminhamento: ficou definida a elaboração e o encaminhamento de ofícios aos setores e órgãos competentes, solicitando as informações e documentos eventualmente pendentes, com posterior acompanhamento das respostas e adoção das providências cabíveis no âmbito das competências do Conselho.

Foi ressaltada a importância da transparência, publicidade dos atos administrativos, acesso às informações públicas e adequada prestação de contas, especialmente diante da função constitucional e legal do controle social exercido pelos Conselhos de Saúde.

8. REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DURANTE A REUNIÃO E ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS



Durante o desenvolvimento da reunião, ocorreram momentos de acirramento dos debates, com interrupções, manifestações simultâneas e dificuldades para organização do uso da palavra.

A Presidência solicitou reiteradamente que os participantes observassem a ordem dos trabalhos, respeitassem o direito de manifestação dos demais presentes e, ao fazerem uso da palavra, procedessem à sua prévia identificação, de modo a possibilitar o adequado registro das manifestações na presente ata.

Em determinado momento, diante da continuidade das discussões e do aumento da tensão entre os participantes, foi solicitada a presença de apoio da Guarda, com a finalidade de contribuir para a preservação da ordem e da segurança dos presentes, sem prejuízo das competências institucionais dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

Diante da dificuldade de restabelecimento das condições necessárias ao regular prosseguimento dos trabalhos e considerando, ainda, o encerramento do horário regimental, foi colocada em discussão a possibilidade de encerramento da reunião.

Houve manifestação no sentido de que os participantes pudessem se acalmar e de que os trabalhos fossem retomados após tentativa de restabelecimento da ordem.

Entretanto, diante da persistência das discussões e da impossibilidade de restabelecimento, naquele momento, das condições necessárias para o regular desenvolvimento dos trabalhos, a Presidência submeteu aos presentes a proposta de encerramento da reunião.

A proposta foi aprovada pela maioria dos presentes, ficando registrada manifestação contrária do Conselheiro Uilson, representante da AVISA, que se posicionou pela possibilidade de continuidade dos trabalhos após tentativa de restabelecimento da ordem.

Em razão da deliberação da maioria, a reunião foi formalmente encerrada, ficando consignada a necessidade de convocação de reunião extraordinária, observados os procedimentos regimentais, para continuidade das pautas que não puderam ser integralmente apreciadas ou concluídas.



9. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidência declarou encerrada a reunião, determinando a elaboração da presente ata, que deverá ser submetida à apreciação e aprovação do Plenário, nos termos regimentais, e posteriormente receber os encaminhamentos administrativos e a publicidade cabível.

A presente ata deverá ser acompanhada da respectiva lista de presença e, quando existentes, dos documentos, relatórios, ofícios, apresentações e demais materiais formalmente apresentados durante a reunião, os quais poderão integrar os registros documentais do Conselho.

Para constar, eu, Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata, que, após lida, apreciada e aprovada, será assinada pelos responsáveis e demais conselheiros, conforme os procedimentos regimentais.

Rio das Ostras, 14 de julho de 2026.

Carlos Eduardo

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Secretaria Executiva

Conselho Municipal de Saúde

Anexo: Lista de presença e documentos apresentados durante a reunião.
os participantes.